

O novo prazo das medidas: segunda-feira.

A decisão sobre o expurgo tem de sair antes da correção da ORTN, que regula vários contratos. Delfim vem para São Paulo definir o assunto.

Até segunda-feira, dia 27, o governo deverá decidir se haverá ou não expurgo no índices de preços de junho. Acredita-se que a decisão terá de ser tomada até lá, porque dela dependerão os reajustes das prestações do BNH, os rendimentos das cadernetas de poupança, e a correção de vários outros índices. Hoje e amanhã, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, reúne-se em São Paulo com seus principais assessores, para cuidar exclusivamente deste assunto. O líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, anunciou que a liderança do partido tomará conhecimento das medidas, em encontro com Delfim segunda-feira.

Mas ele não está muito seguro disso, pois afirmou: "Até segunda-feira, não deve sair nada, eu presumo". Assegurou, porém, que os expurgos atingirão todos os índices, "o que quer dizer que toda a sociedade será igualmente penalizada, e não apenas os assalariados". Disse ainda que "muitas ponderações nossas e também do PTB estão sendo atendidas pelo governo, como, por exemplo, a manutenção das vantagens funcionais do pessoal das empresas estatais e a manutenção de juros diferenciados para a Região Nordeste".

A assinatura dos três decretos-leis, cortando as despesas das empresas estatais, também deverá sair na próxima semana.

Ontem, o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP) solicitou ao ministro Delfim Neto que suste qualquer modificação na metodologia de cálculo do INPC que não tenha sido apreciada previamente pelo Congresso, "em respeito à Câmara dos Deputados, que aprovou, com o apoio de todos os partidos, projeto que especifica tal metodologia como lei". O projeto, do próprio parlamentar, será colocado em segunda discussão, e depois enviado ao Senado.

O parlamentar entregou a petição pessoalmente no Palácio do Planalto, enviando cópia comunicando sua iniciativa ao ministro Leito de Abreu, chefe do Gabinete Civil. Lembrou Suplicy que no próximo dia 28 o ministro do Planejamento debaterá o problema na Câmara dos deputados, e portanto as modificações deveriam ser sustadas até a realização do encontro. As modificações ora propostas, acentua a carta de Suplicy, são arbitrárias e, se o interesse do governo é evitar que os salários aumentem tanto quanto o custo de vida, deve permitir que as empresas e os trabalhadores participem das negociações.

Divergências

Até ontem, diversas fontes da Seplan consultadas sobre o expurgo deixaram claro que o governo está longe de chegar a um entendimento a respeito, e os assessores do

ministro do Planejamento não escondem as divergências sobre a melhor metodologia para praticar o expurgo, sua extensão e sua permanência. Há, inclusive, os que consideram que o governo acabará não adotando a medida, e os que sustentam que não haverá outra alternativa senão a adoção de um número arbitrário, que funcionaria como uma espécie de redutor dos índices de correção salarial, monetária e cambial.

A questão básica, conforme deram a entender assessores da Seplan, é a premência de tempo: no máximo até a próxima segunda-feira, dia 27, o governo terá de anunciar o índice de correção monetária que vigorará em julho, o que significa que o expurgo terá de ser decidido neste fim de semana, o que é considerado absolutamente impossível, se a decisão levar em conta os aspectos técnicos do problema.

Até dia 7 de julho, deverão ser divulgados também os índices de inflação e do INPC para o mês de junho, sendo pequeno o tempo disponível para uma definição a nível técnico, especialmente se o governo mantiver o propósito de abrir o debate sobre o expurgo.

Diante da falta de tempo físico para a aprovação da medida, com vigência a partir de junho, a alternativa seria adiá-la para julho, o que daria aos técnicos da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE, pra-

ticamente, um mês de folga para um exame mais acurado da matéria. Ocorre, no entanto, que a inflação de junho, sem o expurgo, poderia absorver o impacto do reajuste nos preços do petróleo e da elevação dos preços dos hortigranjeiros, resultante das "acidentalidades" (inundações no Sul), produzindo uma taxa na faixa dos 12 a 15%, que seria transferida às correções monetárias e cambial, de acordo com a Resolução 802, que atrelou todas as correções.

De acordo com os informantes, todas essas questões serão amplamente analisadas nesses dois dias de reunião que o ministro do Planejamento fará com seus assessores em São Paulo. Um deles assegurou que esta será a primeira vez que o ministro efetivamente se debruçará sobre o assunto, com ânimo decisivo, pois nas duas últimas semanas seu tempo foi praticamente dedicado à discussão do pacote das estatais e às negociações com a missão do Fundo Monetário Internacional.

A adoção do chamado "expurgo arbitrário", ou a fixação, de forma aleatória, de uma taxa ou redutor, aplicado às correções salarial, monetária e cambial, é tida como tecnicamente possível, mas politicamente difícil de ser absorvida, a partir do compromisso assumido pelo governo, de discutir claramente a metodologia do expurgo com a sociedade.